



CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 01/08/2011, às 15:43
maiores estagiário

MPV-540

00165

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 03 /08/2011	Medida Provisória nº 540/2011, 02 de agosto de 2011			
Autor Deputado Fernando Ferro PT	Nº do Prontuário			
1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. x Aditiva 5. Substitutivo Global				
Página	Artigo x	Parágrafo	Inciso	Alínea

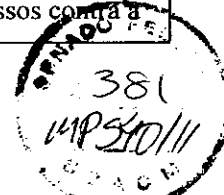
TEXTO

Acrescente-se onde couber o seguinte artigo a Medida Provisória n.º 540, de 2 de agosto de 2011:“
Art . As pessoas físicas ou jurídicas que aderirem ao parcelamento de que trata a Lei 11.941, de 27 de maio de 2009 terão direito à emissão de Certidão Negativa de Débitos - CND ou da Certificado Positivo PD – EN mediante a mera exibição do requerimento que comprove sua adesão ao parcelamento de que trata o **caput** do art. 1º da supracitada –Lei,, quando protocolado no competente órgão fazendário, sob pena de responsabilização do respectivo agente público,

JUSTIFICAÇÃO

A necessidade de apoiar o crescimento da nossa economia, como alternativa às ameaças da crise econômica externa, implica no apoio às pequenas e médias empresas do país, que precisam de incentivos fiscais e de apoio a investimentos para se desenvolverem, gerando emprego e renda. Esta ação está sintonizada com o Programa **Brasil Melhor**, recém lançado pelo governo. No entanto, muitas vezes as intenções boas esbarram em processos burocráticos, tal fato nos parece ser o caso do processo de simplificação, para regularizar a situação destas empresas em pessoas físicas, lhes dando oportunidades e direitos conforme proposto com o REFIS.

As empresas (e pessoas físicas em geral) não estão conseguindo obter do órgão fazendário a emissão de certidão negativa de débitos (CND), sequer a certidão positiva com efeito de negativa (CPD-EN), mesmo tendo aderido ao citado REFIS, o que lhe proporcionaria, conforme o art.151, inciso VI do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66), a suspensão da exigibilidade dos débitos tributários. Tal dificuldade persiste mesmo ante a obtenção de provimento judicial por parte das empresas, ensejando, devido à negativa da Receita Federal do Brasil, verdadeira enxurrada de processos contra a



União (o que já se dá), congestionando o já lento sistema judiciário e impondo a possibilidade de expressivas perdas financeiras ao Tesouro Nacional face à clara possibilidade de prolação de sentenças favoráveis aos justos pleitos das empresas que impedidas de exibirem as competentes certidões devido à inação estatal, encontram-se alijadas de participar de concorrências públicas e do acesso a financiamentos diversos, com reflexos negativos à atividade empresarial, dentre outros reflexos negativos.

Estranhamente a RFB costuma criar novas normas a fim de impor dificuldades aos cidadãos e às empresas que buscam tal objetivo, em virtual prática do “quanto pior, melhor” vez que mesmo atendendo suas crescentes exigências, na prática, é quase impossível à empresa obter quaisquer das certidões suscitadas.

PARLAMENTAR

Fernando Ferro – Deputado Federal –
PT/PE

ASSINATURA

